

### 3

## O Programa de Ação Social da PUC-Rio: *Vozes da Instituição*.<sup>1</sup>

### 3.1.

#### O Programa: Idealização e Concretização

O presente capítulo será destinado à apresentação da criação (e implementação) do programa ‘Bolsa de Ação Social’, um caso de ação afirmativa numa instituição privada de ensino – a PUC-Rio. A concessão de bolsas, por meio deste projeto, tem possibilitado que jovens de espaços populares realizem a formação superior nesta instituição de ensino. Conhecer suas experiências é o principal interesse desta dissertação. Este capítulo procurará apresentar o cenário principal onde elas se dão e seus atravessamentos, para que se possa compreendê-la situada neste espaço cotidiano. Traz-se-ão, sempre que possível, dados mais objetivos relativos à estruturação do programa e, também, alguns impasses que fizeram parte do percurso de sua concretização na Universidade. Entrevistas foram realizadas com alguns dos protagonistas envolvidos neste percurso. Suas experiências e concepções serão coletadas através de suas falas.

O Programa ‘Bolsa de Ação Social’ teve início em 1994, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – instituição privada de ensino, filantrópica, cuja maioria de estudantes provém dos segmentos mais favorecidos da população. Este programa teria, como frente principal, a concessão de bolsas de estudos para jovens de baixa renda. Mais tarde, criam-se estratégias de ação para subsidiar a proposta com vistas, principalmente, à garantia da permanência e da conclusão da formação destes jovens.

---

<sup>1</sup> Este capítulo foi escrito com base em depoimentos de alguns protagonistas da instituição que fizeram parte da implementação do Programa de Ação Social na PUC. Foram feitas oito (8) entrevistas nos segmentos da PUC-Rio: Pastoral, Vice-Reitoria Comunitária, Departamento de Educação, Departamento de Serviço Social. As autorias desses depoimentos serão preservadas tendo em vista que, o principal objetivo é conhecer o contexto que tem tangenciado a experiência dos jovens no projeto e, ainda, que vetores de ação têm atravessado suas trajetórias. Optamos por preservar o anonimato dos entrevistados com o intuito de colocar em relevo, prioritariamente, o que é dito, permitindo, ao leitor, interpretar as tensões apontando para possibilidades de programas de cunho institucional que, por sua vez, apontem para objetivos de transformações sociais. Os entrevistados foram numerados aleatoriamente, com as iniciais EI, de *entrevistado institucional*, a fim de melhor estruturar o texto.

Na idealização e implementação do programa, embora toda a Universidade fosse aos poucos sendo convocada a implicar-se de alguma maneira, alguns atores participaram mais ativamente, assim como alguns segmentos da Universidade e instituições parceiras. Merecem destaque: A *Vice-Reitoria Comunitária* – órgão responsável pela administração das bolsas de estudos – a *Pastoral* – segmento responsável pela administração do FESP (Fundo Emergencial de Solidariedade), que tem o intuito de angariar e distribuir fundos para custeio do transporte e alimentação dos jovens do projeto –; o *Departamento de Educação* – que, desde então, tem se engajado na problematização e proposição de uma vertente político-pedagógica subsidiando a proposta; o *Departamento de Serviço Social* e, finalmente, atuando como importante parceiro – cujo papel foi fundamental e, porque não dizer, essencial, na concretização e continuidade do projeto – os *Cursos Pré-Vestibulares Comunitários*, movimentos sociais de cunho popular, com vistas a auxiliar jovens de baixa renda no ingresso às Universidades, através do preparo para aprovação nos processos seletivos (exames tipo Vestibular) destas instituições.<sup>2</sup> Na base da idealização e concretização destes movimentos sociais, destaca-se Frei Davi Santos, frade franciscano, conhecido por sua militância na luta por ações afirmativas para afro-descendentes.

Entrevistas foram realizadas com alguns dos principais protagonistas do Programa ‘Bolsa de Ação Social’ e seus relatos serão apresentados para que se possa conhecer o campo de forças e de vozes que compunha e que vem entremeando todo o percurso do projeto ao longo de sua existência. Portanto, o presente capítulo mapeará a construção da proposta na PUC-Rio, sob a ótica institucional, na voz dos diferentes segmentos envolvidos explicitando concepções, conflitos e soluções.

---

<sup>2</sup> Sem falar nas propostas que se encontram por trás de alguns destes cursos com vistas principalmente a possibilitar o exercício pleno da cidadania dos jovens de espaços populares e a ideologia de transformação social pelo viés educativo. Estas questões serão problematizadas mais pormenorizadamente adiante.

### 3.2.

#### Os primeiros passos...

O programa teve como principais idealizadores a professora (e assistente social) Luiza Helena Ermel e o Frei Davi Santos.

De acordo com entrevistado<sup>3</sup>, a PUC-Rio sempre concedeu bolsas para alunos os quais se presume estar em número próximo de 4000<sup>4</sup>. Entretanto, questionava sobre “quem seriam os alunos beneficiados por essas bolsas”, pressupondo que, embora impossibilitados de arcar integralmente com as mensalidades, ainda seriam oriundos de uma ‘elite econômica’. É o que confirmara o depoimento abaixo<sup>5</sup>:

A PUC sempre teve um programa de bolsas de estudos pra pessoas pobres. Eu estudei na PUC há mais de 40 anos e já tinha um programa de bolsas. Agora, o pobre não chegava na PUC. A classe média com problema chega, mas o pobre, pobre, não chegava. Eu me lembro, na década de 70, tinha um rapaz negro pobre, um rapaz negro. (EI/6<sup>6</sup>)

Neste sentido, observava-se a necessidade de que fosse contemplado um outro perfil de estudante, o de baixa renda.

Desde a década de 90, em meio aos rumores da globalização, tem sido freqüente a participação de Organizações Não-Governamentais atuando como prestadores de serviço para o Estado, através do desenvolvimento de projetos sociais em comunidades populares, nos chamados “bolsões de pobreza”. Sendo assim, estas ONGs contratariam jovens de baixa renda dos movimentos sociais provenientes de movimentos religiosos. Neste caso, a preocupação dos precursores do projeto na época era como conseguir mobilizar esses

<sup>3</sup> Utilizaremos o termo ‘entrevistado’ para nos referirmos tanto a pessoas do sexo masculino quanto feminino, preservando o anonimato.

<sup>4</sup> Segundo Souza(2004), a vice-reitoria comunitária tem, segundo dados do ano de 2004, 13 categorias de bolsas de estudos para graduação na Universidade, quais sejam: Bolsa Coral, Bolsa Dependente de Funcionário e Bolsa Funcionário, Bolsa Dependente de Professor PUC e Bolsa Docente, Bolsa Dependente de Professor de Universidade Privada, Bolsa Esporte, Bolsa Institucional, Bolsa Seminaristas e Religiosos, Bolsa Estágio, Bolsa CEHAB, Bolsa CREDUC, Bolsa FIES. A *Bolsa de Ação Social*, a que estamos nos referindo neste trabalho, seria mais uma delas. Além destas, Souza (2004) cita outras duas modalidades de bolsa acadêmica – Bolsa Desempenho Acadêmico e Bolsa de Iniciação Científica. Para melhor conhecer os perfis de cada categoria e, ainda, o modo de funcionamento e estrutura da vice-reitoria comunitária, ver: Souza(2004) – trabalho monográfico para conclusão de curso no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

<sup>6</sup> Os entrevistados foram enumerados aleatoriamente trazendo as iniciais EI, de *entrevistado institucional*, a fim de melhor estruturar o texto e de facilitar a compreensão do leitor.

jovens, destaques em suas comunidades de origem pela atuação nesses projetos sociais, para que viessem para a Universidade. A concepção de alguns precursores era estimular o potencial destes jovens para que pudesse ser usado de maneira mais abrangente, atuando como um agente multiplicador.

Anteriormente à parceria com os movimentos pré-vestibulares comunitários, visitas são feitas às comunidades, abordando diretamente as lideranças juvenis. Estas visitas tinham por objetivo então, a mobilização destes líderes para o ingresso a Universidade, logo, para participarem do processo seletivo do vestibular. Tal fato fica nítido em depoimentos ao se verificar que a proposta inicial do programa seria a de auxiliar este jovem a concluir o curso superior para que ele, posteriormente, viesse, já à época, a trazer um retorno desta formação para sua própria comunidade. Isso explica o fato dos primeiros alunos terem ingressado no curso de serviço social, além do próprio departamento ter tido participação marcante na sua idealização.

Contudo, é mediante a parceria da Universidade com os cursos pré-vestibulares comunitários que a maior parte dos jovens passa a fazer parte do corpo discente da Universidade.

Frei Davi tem sido, desde então, destaque por sua atuação junto à idealização e implementação dos cursos pré-vestibulares comunitários, desde o projeto pioneiro na Bahia, até a primeira experiência no Rio de Janeiro, do Pré-vestibular para Negros e Carentes – PVNC<sup>7</sup>. É incontestável a importância da parceria destes cursos com a PUC-Rio para a concretização do Programa de Ação Social, assim como são os grandes resultados que vem apresentando a experiência destes movimentos sociais no processo de democratização da Universidade brasileira. Eis as primeiras iniciativas para concretização da parceria.

---

<sup>7</sup> David Raimundo dos Santos é frade franciscano da Ordem dos Frades Menores (OFM) na Província da Imaculada Conceição do Brasil. Após a experiência com o PVNC, é fundador e coordenador, atualmente, do EDUCAFRO - Educação e Cidadania de afrodescendentes e Carentes. Com sede no Centro de São Paulo, teria a finalidade maior de assessorar os núcleos pré-vestibulares comunitários, inseridos em outros estados, como: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. “A Educafro também tem como objetivos o desenvolvimento da consciência crítica de todos os alunos beneficiados, através de aulas de cultura e cidadania, buscando o resgate da cidadania e a auto-estima de jovens e adultos, vítimas de anos e anos de uma “escravidão cultural, educacional e social”. (informações retiradas do endereço eletrônico: [www.franciscanos.org.br/sefras/educafro](http://www.franciscanos.org.br/sefras/educafro))

Até que um belo dia o Frei Davi, um franciscano negro procurou a Universidade dizendo que, na Baixada, ele começou um pré-vestibular pra negros e carentes. E queria saber da possibilidade da PUC abrigar os jovens deste pré-vestibular que passassem pra PUC. (EI/6)

Ao que tudo indica, segundo informações de entrevistados, alguns atores da PUC já almejavam a realização de um projeto desta natureza na instituição. Frei Davi trouxe as ferramentas para que ele se tornasse efetivamente concreto na Universidade. Uma vez formalmente autorizado, o programa tem início, destinado essencialmente às organizações dos pré-vestibulares comunitários.

Mariz, Fernandez e Batista(2003) apontam que os cursos pré-vestibulares comunitários tiveram seu início na Bahia, sob o viés político do movimento negro. “O pré-vestibular foi proposto como instrumento de conscientização, articulação e apoio à juventude negra da periferia de Salvador”(p.333). No caso específico do Rio de Janeiro, a primeira experiência ocorreu em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, em 1992/93, tendo por principal articulador o Frei Davi R. Santos, embasado por reflexões de grupos envolvidos com as questões de espaços populares e eclesiais, em especial tendo por base a Pastoral do Negro, sendo a proposta disseminada posteriormente para várias localidades do Estado do Rio de Janeiro.

Em consonância com as concepções de Mariz, Fernandez e Batista (2003), pode-se concluir que:

Esses grupos pretendem não só preparar o estudante para entrar na Universidade, mas também formar uma ‘consciência negra e de classe.’ Colocar negros e outros de origem popular em Universidades é uma proposta de luta que alia o progresso individual a uma luta social. Não vendo necessariamente uma tensão entre esses dois projetos, os que fazem esses cursinhos de pré-vestibular sabem também dos limites de sua ascensão econômica ao ingressar na Universidade. (p.334)

Estes autores destacam ainda que, além de preparar o estudante para aprovação no processo seletivo do vestibular, esses cursos pré-vestibulares comunitários tinham em sua grade curricular uma disciplina intitulada “cultura e cidadania”, tendo por proposta a discussão de temas como democracia racial e outros atrelados à temática da ‘cidadania para populações negras carentes’.

Entrevistas apontam, também, para a influência da idealização do ‘Programa de Ação Social’ da PUC-Rio, como um continuum da experiência em São João de Meriti pela ‘Pastoral do Negro’, anteriormente mencionada por Mariz, Fernandez e Batista (2003).<sup>8</sup>

Assim, a parceria da PUC com os pré-vestibulares comunitários passa a acontecer mediante convênio e cadastramento dos mesmos no Departamento de Bolsas da Universidade. Para que pudessem fazer parte da lista de conveniados, estes cursos deveriam se dirigir à vice-reitoria comunitária, através de seus representantes e, após entrevista e comprovação da seriedade do projeto (além da apresentação de documentação devida, entre outros itens), a parceria efetivava-se. Através dela seria destinada uma cota de bolsas para seus alunos.

Diante das considerações precedentes, tudo leva a crer que o modo de atuação de alguns dos cursos pré-vestibulares comunitários, definitivamente, seria o elo propulsor de maneiras singulares de ação e experimentação de ‘ser estudante/bolsista de Graduação da PUC-Rio’, sendo ainda mais um vetor, o dos mais fundamentais, na rede mais ampla de forças que permeia essa experiência. Isso se torna ainda mais nítido quando funcionários da Pastoral trazem em seus discursos o reconhecimento de que determinadas posturas dos jovens que lá freqüentam estão diretamente atravessadas pelas orientações e filosofias destes movimentos populares.

Num momento mais à frente, a parceria se fortalece ainda mais, quando, mais recentemente no ano de 2004, ocorre a Primeira Jornada com CPVCs parceiros, quando representantes dos mais importantes movimentos (que abrangem os cursos pré-vestibulares comunitários parceiros da PUC-Rio), reúnem-se às instâncias envolvidas com o projeto na Universidade e discutem sobre frentes de atuação conjuntas. Este evento culminou no livro *Cursos Pré-vestibulares Comunitários – Espaços de Mediações Pedagógicas*<sup>9</sup>

Regressando aos primórdios da experiência na PUC, os primeiros jovens participantes do projeto, em número bastante reduzido, trouxeram para a instituição um novo perfil de universitário: de baixa renda, oriundo de espaço popular, negro, aluno de

---

<sup>8</sup> Mais adiante, será abordada mais pormenorizadamente a questão dos pré-vestibulares comunitários e suas influências nas experiências de seus jovens na Universidade, assim como a parceria destes cursos com a PUC-Rio.

<sup>9</sup> Para conhecer o modo como se deu evento e as principais questões nele abordadas ver referência: Carvalho, Filho e Costa (2005). Referência completa no item: Referências Bibliográficas.

curso pré-vestibular comunitário. Contudo, alguns impasses começaram a se colocar diante da entrada desse novo público. É nesse momento que a Universidade passa a deparar-se efetivamente com as reais demandas deste estudante e, neste sentido, tentar criar alternativas internas para supri-las.

### 3.3.

#### **Convocando a Universidade à Reflexão: Os Primeiros Impasses**

O caráter inédito da experiência fez com que a Universidade se deparasse com problemas inusitados: a maior preocupação passa a ser a permanência destes jovens na instituição. Surgem questões de toda a parte, desde as mais objetivas relativas às necessidades de ordem financeira como custos com transporte, alimentação, material didático, passando pelas de natureza pedagógica. Ainda se verificaram as relativas à integração e convivência com os demais jovens da Universidade, entre outros aspectos.

Em um primeiro momento, alguns se mostraram receosos com o que poderia acontecer com os jovens através desta experiência e admitiram a possibilidade destes alunos sofrerem algum tipo de rejeição pelas diferenças existentes. De fato, depoimentos apontam que os primeiros jovens demoraram a integrar-se ou serem integrados. Sentiam-se diferentes não só, por serem negros, mas também pelas disparidades entre as suas realidades sócio-econômicas e a de outros colegas, não-bolsistas. Andavam em grupos, o que demonstrava claramente uma estratégia de proteção.

Há relatos sobre a aproximação destes jovens aos funcionários da instituição. Passam a freqüentar os setores dos funcionários por sentirem-se provavelmente mais identificados e acolhidos pelas realidades sociais semelhantes.

Essas experiências dos primeiros jovens do programa surgem ainda nos discursos de alguns dos atuais bolsistas do projeto, como é o caso deste:

Isso a gente ouviu tanto dos alunos que já estudavam aqui e falavam. Porque quando a gente chegou, já tinham os históricos dos bolsistas que já passaram por aqui e que ainda estudavam aqui. Geralmente eram nossos professores no pré. Então a gente já ouvia muito falar da PUC. Eles contavam que, quando começou a política dos alunos de pré em 94, a discriminação era muito maior... os negros que viviam na PUC eram os funcionários então se identificavam logo! E ainda... de ser confundido com funcionário dentro de elevador, sofrer discriminação verbal o tempo todo... ou olhar... (graduando/bolsista/2006)

Sob outro prisma, vários depoimentos apontaram na direção de uma grande preocupação do corpo docente em relação à hipótese destes jovens serem “fracos” do ponto de vista pedagógico. Alguns se posicionavam reticentes a entrada deste grupo, sob a alegação deles virem a baixar o nível acadêmico da Universidade e de não acompanharem o ritmo dos demais alunos, o que ocasionaria um alto índice de reprovação e de evasão. Este “fantasma” acompanharia os primeiros jovens, mas tem ainda vigor junto aos atuais jovens do programa. Este fato ficará nítido mais adiante quando vierem à tona depoimentos destes graduandos de hoje, revelando, nos seus discursos, uma preocupação excessiva e uma cobrança exacerbada de si próprios quanto à manutenção de um rendimento escolar o mais alto possível.

No trecho abaixo, pode-se perceber como alguns professores reagiram neste começo de projeto e alguns posicionamentos frente às primeiras exclamações:

Um dia eu fui convocado para uma reunião no CTCH, graduação e todos os professores de pós-graduação. E alguns professores manifestaram a preocupação desse grupo de alunos: ‘...são bastante fracos! Não são bons esses estudantes!’. Eu digo: Olha, reprove. Se o aluno não é bom, maior maldade que você vai fazer com esse menino é aprovar, ele não vai estar habilitado pra exercer a profissão... pode reprovar, reprova. Só vou garantir que ele não vai perder a bolsa. Porque senão fica um terror. O menino já acorda às quatro (4) horas da manhã, mora em Saracuruna, trabalha de tarde, ainda vai perder a bolsa! Reprova ou então muda o vestibular! Porque essa é a grande vantagem desse sistema sobre o de cotas. Eles não tiveram nenhum benefício pra entrar na PUC. Eles fizeram o mesmo vestibular que o menino que mora na Vieira Souto, na Barra, em Botafogo, na Tijuca fez. O mesmo vestibular. Então muda o vestibular. (EI/6)

De outro modo, outro entrevistado que acompanhou o início da proposta, afirma que os primeiros jovens vinham de fato com certa defasagem na formação educacional de base, fruto de uma formação deficitária das escolas da rede pública de ensino das quais provieram. Afirma o entrevistado:

A gente reforça a formação desses alunos comunitários que tiveram um ensino médio de péssima qualidade, lamentavelmente, e que nunca fizeram um relatório técnico, nunca tiveram a oportunidade de terem uma leitura dirigida de uma obra, aprender a estrutura do pensamento do autor, discutir com o autor, ver qual é sua linha de raciocínio, análise, síntese e capacidade de expressão, etc, aquela tragédia da escola brasileira, o penúltimo colocado senão o último nestes testes padronizados de leitura. (EI/7)

Malgrado ao dois posicionamentos anteriores, inicia-se, à época, grande mal-estar sócio-pedagógico em que corpo docente e estudantes (os não-bolsistas) mostram-se insatisfeitos – e reticentes – em aceitar a nova configuração. Queixas surgiam de todos os lados. Professores lamentavam-se em ter de lidar com alunos com dificuldades em redação, leitura de textos. De outro lado, estudantes de classe média/alta alegavam estar sendo prejudicados pelo possível rebaixamento do nível das aulas e ainda por acharem que os professores estivessem tendo atitudes condescendentes em relação aos bolsistas na correção das avaliações. Isso se dá em 2001, mais especificamente nos cursos de pedagogia e serviço social, para onde grande parte dos bolsistas dirigiu-se neste início.

Nesse momento, ocorre uma reunião convocada pelo Centro Acadêmico em que estiveram presentes os vários segmentos da Universidade a fim de debater questões como essas. Segue trecho em que um entrevistado relata como percebeu e vivenciou esse acontecimento:

Houve uma grande reunião, mais ou menos em julho de 2001, onde a panela de pressão foi aberta. Então foi uma catarse geral de parte a parte. Alunos em relação a colegas, uns se sentindo rejeitados, marginalizados... (...)Ela foi promovida principalmente por iniciativa do CA. Quer dizer, era um CA bastante sensível à questão, pois tinha sua composição já bastante balanceada entre alunos de classe média/alta, na verdade os representantes eram de classe média/alta e alunos de comunidades. Então, nessa reunião, uma assembléia, a catarse foi coletiva. Alunos pobres se queixando de colegas ricos, colegas ricos se queixando de alunos pobres, professores se queixando.. então foi uma catarse muito rica do ponto de vista... social e profissional. (EI/7)

Este trecho aponta para algumas direções, dentre as quais destaco duas. A primeira se dá no sentido de uma demanda real de medidas da Universidade para completar uma formação precária advinda da rede pública de ensino que, em sua base, deixa lacunas. Arelada à primeira, a segunda direção, que seria a emergência de um quadro de resistência (por parte da instituição de um modo geral, e – incluindo corpo docente e alunos), em aceitar um novo público na Universidade, nas suas diferenças e idiossincrasias.

Em se tratando da primeira, a relativa às intempéries pedagógicas, depoimentos apontam que a crise instalada na Universidade diante da implementação desta nova proposta – expressa no trecho em destaque – acaba repercutindo com mais veemência no Departamento de Educação. Instaura-se aí também uma crise no sentido de quem assumiria a coordenação da Graduação do Curso, que após período de indefinições, acaba sendo assumida por um professor implicado com a causa. O Departamento perfaz, então,

importantes avanços na direção de criar dispositivos alternativos para preencher as possíveis lacunas deixadas pela formação de base, considerada, precária. Dentre as providências tomadas, foram listadas:

Articulamos três disciplinas seqüenciais no primeiro, segundo e terceiro semestres que tinham a ver com a questão da leitura, da escrita, da expressão. (...)preocupamos-nos com a questão da inclusão digital e de estágios. Gradativamente, vem aumentando o número de alunos comunitários com bolsa de PIBIC. Essa questão está evoluindo. (EI/7)

A PUC começou, então, a promover cursos, abrir turmas especiais de Inglês, informática, para capacitar os jovens e nivelá-los aos demais. Entretanto, de acordo com entrevistado, a instituição tinha por preocupação não segregá-los ou discriminá-los em turmas exclusivas. Assim, abriram-se turmas de Informática e, de Inglês, entre outras, para todos os que se interessassem, de um modo geral. Ainda assim, há os que acreditam que a Universidade – hoje – ainda deixa a desejar no sentido da estruturação de um Projeto Institucional Pedagógico efetivo.

Ora, se, de um lado, notava-se uma defasagem do ponto de vista da escrita e nos aspectos mais formais da língua portuguesa, por outro, aqueles jovens mostravam-se brilhantes em outras habilidades que, provavelmente, foram desenvolvidas e estimuladas a partir de um repertório cultural próprio de suas experiências de vida nos contextos sociais de origem. É o que percebia um entrevistado quando diz: “Existe uma realidade. Esses alunos, quando se trata de questões da prática, a capacidade deles de entendimento, de discurso, de argumentação e até mesmo de encaminhamento é muito grande”.

É nesta direção que surgem propostas no sentido de que a Universidade reconhecesse as experiências que estes jovens vivenciavam para “além dos muros da Universidade” como legítimas, visualizando outras formas de aprendizado e de aquisição de capital cultural, como igualmente contributivas para uma formação educacional universitária qualitativa. Isto se deu especialmente no que concerne às licenciaturas, para onde a grande parte destes alunos passam a dirigir-se, a despeito da maior facilidade de ingresso no Vestibular para esses cursos, o que era inclusive orientação dos próprios cursos preparatórios dos quais faziam parte. Assim sendo, a experiência dos alunos bolsistas como professores nos cursos pré-vestibulares comunitários, contribuía em ampla escala para seu processo de construção do ‘profissional-professor’ e, por isso, deveria ser incorporada pela Universidade e reconhecida oficialmente como experiência de estágio de graduação, logo,

como atividade acadêmica. Para tanto, alguns professores precisariam supervisionar as atividades docentes destes jovens nestes espaços, “olhar a formação de cada área dentro da licenciatura, de cada disciplina, a partir do olhar da comunidade, do pré-comunitário”(fala de um entrevistado). Isto requereria disponibilidade, não só de tempo, mas de investimento pessoal e, principalmente, dar credibilidade à proposta. Não era o que se tinha como realidade, segundo o depoimento seguinte:

Primeiramente os professores têm receio de que essa experiência ocorra em ambientes não escolares, não formais, em horários à noite ou no sábado, ocorra em comunidades extremamente violentadas, então, pouquíssimos professores querem aceitar isso. Isso várias vezes foi dito nas reuniões, muito bonito sim, mas na prática, quem é que vai fazer a supervisão? E esse caminho é um desafio muito grande. Eu acho que nós temos que criar procedimentos de acompanhamento, supervisão e planejamento, tanto de prática docente quanto de estágio supervisionado que não se limite aos textos(...) E, além disso, acho que a gente tem que criar mecanismos para que a própria comunidade se envolva nesse processo; é associação de moradores, é a Igreja, outros grupos que possam eventualmente estar dando algum retorno à Universidade. (EI/7)

Num cenário de reações frente à inserção efetiva destes jovens no espaço universitário, trazem-se aqui algumas impressões. Quando indagado sobre sua percepção a respeito do modo como se deu a receptividade da comunidade universitária diante do novo público, um entrevistado coloca:

A partir do momento que chegam os bolsistas na Universidade, chegaram os negros também. Eram raríssimos os negros na PUC! Porque é uma realidade do Brasil, não dá pra gente fechar os olhos pra isso. Isso está mudando, a gente luta pra estar mudando, mas é a realidade. A PUC só tinham brancos, não tinham negros. E começou a chegar a galera que não tinha condição. Teve uma reação. Alguns acolheram bem, que bom! Vamos lá! Justiça! Isso e aquilo... Mas teve todos os preconceitos a respeito disso, não só de alunos, mas de professores e funcionários. (EI/2)

Situações aconteciam e, na mesma medida, surgiam as mais variadas interpretações. É o caso do relato de um entrevistado sobre uma defesa de monografia de uma menina, negra, bolsista. A maneira austera com que a jovem fora possivelmente tratada por um dos membros da banca foi descrita como humilhação e preconceito.

Uns dois anos atrás, no Departamento, a menina era negra, apresentando sua monografia e o professor falou: ‘Isso é um lixo! Você não devia estar aqui e tal.’(...). E a menina chegou no dia seguinte chorando. Isso acontece? Hoje em pequena escala. Mas aconteceu muito. (EI/2)

Situações envolvendo o corpo docente também estiveram presentes nas entrevistas. Outro entrevistado afirma ter-se deparado com discursos de professores no sentido de que esse aluno seria desprovido de ‘capital cultural’ suficiente para estar na Universidade.

Há ainda rumores, segundo as entrevistas, de que certos Departamentos, na época em que os jovens passam a expandir-se para outros cursos da Universidade além do serviço social, teriam recebido de má vontade os jovens como parte integrante do quadro de alunos. Houve, ainda, os que entenderam a imposição de provas de inglês e de francês no curso de Letras, por exemplo, como uma estratégia excludente, com a intenção de obstaculizar o ingresso deste aluno.

Os cursos de Administração, Informática e Direito passaram a ser bastante procurados pelos jovens, especialmente por acontecerem em períodos noturnos, o que os possibilitaria trabalhar durante o dia. No caso da procura pelo Direito, especificamente, a hipótese seria a da lógica dos direitos humanos como atrativo, no sentido de uma aproximação com questões como justiça e transformação social. Contudo, falas apontam para uma invisibilidade deste aluno dentro deste espaço.

Duas situações, sobretudo curiosas, merecem ser mencionadas. Elas exprimem dados sobre a relação que se estabelecia – e seus impasses – entre corpo docente e estes alunos e entre alunos bolsistas e não-bolsistas. À título de ilustração, colocamo-las a seguir.

A primeira diz respeito ao modo como um professor lida com a nova situação de diversidade no corpo discente. Ele havia feito um discurso em sala de aula declarando que trataria todos os alunos com o mesmo rigor e deles exigiria o conteúdo de forma igualitária. Quando é questionado e convocado a lembrar-se daqueles alunos que não teriam as mesmas condições materiais que os demais, defende-se dizendo: “Eu levo até isso em consideração, mas eu não posso falar numa sala dessas que há uma... que a gente leva isso em consideração.”

A segunda situação traz o relato de um aluno, único bolsista da turma participante do projeto, que não se posicionava em sala de aula alegando não identificar-se com as discussões e com o teor que assumiam os debates em sala. Os exemplos, trazidos em aula, eram freqüentemente com base em lógicas mercadológicas acessíveis a uma classe social da qual não fazia parte. Embora este professor fosse adjetivado como comprometido e não-preconceituoso, ainda assim, as considerações feitas pelos alunos direcionavam as

discussões para um viés que se fazia excludente. É o que conta o entrevistado que cita o acontecimento:

E ele nunca se posicionou porque todos os exemplos da turma sempre eram do parâmetro de tênis de 200, 300 reais, de 1000, 10000 reais... as viagens da Europa, dos EUA... todos! É como se aquele aluno ali fosse, fizesse parte desse grupo social. Uma vez saindo da aula, ele veio falar comigo: ‘Não tem nem como e o que comentar. Essas pessoas tão fora da realidade! Elas não têm a menor noção! Eu não consigo nem comentar nada!’ (EI2)

Não desconsiderando a ocorrência de atitudes como estas, embora as coloque num plano mais individual do que coletivo, outro entrevistado entende que, de outro lado, algumas situações interpretadas como preconceito incorriam em certo equívoco. É como compreendeu o diálogo com uma aluna, retratado no trecho a seguir:

*(...)Um dia um aluno falou assim:*

*- É a professora de pedagogia. Ela é preconceituosa!*

*- Como assim?*

*- Ah, eu dou bom dia e ela não responde.*

Quer dizer... (risos) eu disse: Ela é mal-educada. Ela é uma pessoa mal-educada, não é preconceito não!(EI/6)

Houve relatos de desmaios de estudantes por falta de alimentação. Muitos não tinham dinheiro para se alimentar, alguns tinham de optar entre custear a alimentação ou o transporte, havendo casos de jovens que faziam uso do uniforme de escola pública para circulação gratuita nos transportes coletivos. Surgem, então, problemas de toda ordem: muitos traziam marmitas e não tinham onde esquentar e nem onde comer, já que a Universidade não contava com esse tipo de demanda.

Um entrevistado aponta, também, que algumas peculiaridades das experiências destes jovens, diferentes dos demais, culminaram em rótulos. É o que se verifica na fala: “Chamavam-nos de a turma do biscoito, como costumavam ser chamados, porque às dez horas da manhã, todo mundo na sala de aula começava a comer biscoito. Acordavam umas duas, quatro da manhã!”. Ao que levam a crer alguns depoimentos, muitas vezes estes lanches trazidos de casa consistiam na única alimentação do dia, mesmo dos que permaneciam por período integral na Universidade.

Em meio às reações diante da nova experiência, houve aquelas que vieram somar-se positivamente ao processo, “remando” em um sentido contrário ao fluxo das refrações. Fazem parte deste movimento proativo, então, as ações relativas à manutenção financeira

dos jovens na Universidade. Essas questões foram as que tiveram maior resultado do ponto de vista da criação e da articulação de uma rede de apoio na tentativa de suprir as principais necessidades. E no rol dos protagonistas, destacam-se não-somente os segmentos mais aproximados com a proposta – caso da Pastoral, por exemplo – mas outros que aderiram à causa e ofereceram sua parcela de contribuição, ainda que entremeadas por reações das mais diversas.

Portanto, o ingresso no projeto via Vestibular, seguido da isenção do pagamento das mensalidades, não eram suficientes para que estes jovens realizassem sua formação universitária. Essa ainda é a grande discussão que se estabelece nos dias atuais no que tange ao quesito “democratização do ensino superior”, especialmente com o advento da política de cotas nas Universidades públicas. Diante das circunstâncias atuais, seria impensável tratar uma política de ingresso de jovens de baixa renda rumo ao ensino superior, indissociada de uma proposta política de permanência.

Para sanar esse déficit sócio-econômico, necessitava-se de urgente apoio financeiro que garantisse a permanência desses jovens, evitando a evasão. O Fundo Emergencial da Solidariedade – FESP –, foi criado com essa função e administrado pela Pastoral da Universidade, iniciando-se de modo tímido e tomando proporções gradativamente maiores. Hoje em dia, são atendidos pelo projeto cerca de seiscentos (600) jovens.

A história e o modo como se deu a criação do fundo merece especial atenção dada a importância que tem tido para o sucesso da proposta do programa de ação social, além do muito que tem a acrescentar sobre a experiência destes jovens na Universidade.

### **3.4.**

#### **O Fundo Emergencial de Solidariedade (FESP) e a Participação da Pastoral: Percursos e Desdobramentos.**

O FESP foi criado em 1997. A iniciativa partiu de alguns professores e jesuítas que, em reuniões periódicas, vinham trazendo relatos sobre trancamento de disciplinas e faltas demasiadas de jovens bolsistas, no geral bons alunos, segundo constatavam. Surge ainda o caso de uma aluna que teria desmaiado em sala de aula e dito que estaria até o horário das

cinco da tarde alimentada somente pelo café da manhã. Assim, as ausências dos jovens nas aulas tinham por motivo, além da alimentação, a falta de recursos financeiros para custeio de transporte, tendo em vista ainda que boa parte deles residia na Baixada Fluminense, localidade bastante distante da Universidade, o que requeria, portanto, grandes gastos com a locomoção.

Funcionários da Pastoral salientam a frequência com que jovens bolsistas dirigiam-se a este segmento em busca de ajuda. Segundo relatos, as dificuldades não eram somente de ordem financeira. Havia outras, como: o uso da informática para feitura da matrícula on-line, as de natureza pedagógica, como a falta do conhecimento da língua inglesa – conhecimento este natural entre os demais estudantes da Universidade pelas viagens de intercâmbio e turismo que faziam (e fazem) recorrentemente para o exterior do país –, até questões relativas à dificuldade de integração junto à comunidade universitária.

A grande disparidade de bagagem de cultura e conhecimento também ficava latente. Embora notada pelos próprios bolsistas, muitos deles sentiam-se impotentes diante do que fazer para minimizá-la de alguma maneira, principalmente pelo fato de que grande parte dos alunos da Universidade teria fluência na língua estrangeira em decorrência de viagens para o exterior do Brasil.

Os inúmeros casos motivam a Pastoral e os colaboradores/parceiros à promoção de um evento que mobilizasse a Universidade para doação de fundos para auxílio nos gastos com transporte e alimentação destes estudantes. Daí surge coletivamente a idéia de um dia dedicado a essa causa, nomeado por ‘Dia da Solidariedade’. Este acontecimento é relatado da seguinte forma:

O Reitor fez uma carta em 14 de março de 1997 aos professores, funcionários e alunos, falando desse dia de solidariedade, que foi 03 de abril. E aí foi panfletado, mostrando às pessoas o problema que estava acontecendo, que as pessoas estavam com fome, tendo muitas dificuldades de se deslocar, de permanecer na Universidade, que tinha bolsa mas a permanência é muito cara. (...)Era pra sensibilizar a comunidade sobre o problema... e aí muitas pessoas contribuíram com o dinheiro e foi criado o fundo, que se colocou uma data: 21 de junho de 1997. (EI/1)

Um momento também importante seria o da organização, em agosto de 1997, de um conselho chamado CONSOL, por iniciativa de Padre Ravier, coordenador da Pastoral na época. Este conselho seria composto por: “(...)dois integrantes da Pastoral, (...)dois funcionários da PUC, um da Vice-Reitoria comunitária e outro do CTC. Tinha uma

professora e tinha um aluno como representante.” A finalidade seria a de debater sobre as problemáticas e analisar e definir as prioridades de atendimento.

Em se tratando dos fatores motivadores para criação do FESP, algumas versões são levantadas. Citamos três delas.

1) A proposta teria partido da já existência de uma arrecadação de parte do valor pago para o estacionamento, pela vice-reitoria comunitária. Contudo, em função do acúmulo de atividades deste órgão e da dificuldade em angariar verbas suficientes para amparar o número de jovens que crescia no projeto, a Pastoral acaba assumindo a proposta e responsabilizando-se por geri-la e administrá-la.

2) Sena (2004), de outro lado, propondo-se a resgatar a história do Fundo Emergencial de Solidariedade, aponta que a motivação teria sido uma experiência bem sucedida na Universidade, em que há uma mobilização a fim de amparar as vítimas do caso Palace II, no Rio de Janeiro, já que algumas delas seriam estudantes da PUC. Assim sendo, professores, funcionários e alunos teriam realizado uma campanha interna para arrecadação de fundos no sentido de auxiliar estes jovens que não estariam tendo condições materiais para manter-se na Universidade. Esta iniciativa teria dado resultados de tal maneira satisfatórios que, a verba excedente teria sido direcionada para alguns estudantes bolsistas de baixa renda. A partir de então surge a idéia de um fundo somente destinado a estes últimos.(p.38)

3) Ainda Sena(2004) sugere uma terceira versão que, segundo afirma, trata-se de informações fornecidas por um funcionário da Universidade. Desta vez a idéia teria sido motivada por iniciativa de uma freira, estudante de teologia, que haveria presenciado o desmaio de uma aluna por falta de alimentação e, neste sentido, procurado a Pastoral a fim de que a menina pudesse ser beneficiada por um lanche diário. Este lanche teria tomado proporções de almoço e de outras ajudas e, a partir de então, surge a proposta de extensão para demais alunos que necessitassem de auxílio. (p.39)

Enfim, de um modo ou de outro, a proposta vigorou e, devido à escassez de recursos no princípio, os critérios eram bastante rígidos e o auxílio bastante precário. Assim, o auxílio-alimentação não coincidia com o de transporte e vice-versa, entre outras restrições. Neste trecho, um entrevistado conta como percebeu o movimento:

(...)então em 96 já começa esse movimento. Já começam as reuniões no Conselho. E aqueles que tinham mais... que se sensibilizaram e que representaram também... Porque tem

gente que tem um tempo maior.. age mais. Têm outros que preferem ficar nos bastidores. Então houve um grupo de pessoas que foi se reunindo e inventou... criou o conselho, o CONSOL – Conselho de Solidariedade. Mas funcionava muito dentro da Pastoral já, porque três membros eram da Pastoral. A Pastoral que estava gerindo os recursos, por ser cada um de um lugar diferente. A Pastoral já tinha abraçado, porque o governador também abraçou e tinha condições de fazer isso. E esse alunos procuram... procuravam... procuram muito a Pastoral. (EI/2).

Nesse início, a idéia era fazer uma divulgação da proposta do fundo, implicando os próprios jovens bolsistas na causa e no processo. Segundo afirma, essa foi (e tem sido ainda hoje) uma das preocupações e dificuldades da equipe. Hodiernamente o nível de apreensão neste sentido vigora com maior força, devido ao crescimento de alunos atendidos e, ainda, justamente pelo fato dos bolsistas de hoje não terem participado do processo de construção da proposta.<sup>10</sup> É o que se expressa na fala:

Aí a gente partiu pra panfletagem mesmo, envolveu os alunos nesse processo. Porque a gente também começou a perceber que eles não se sentiam sujeitos do projeto; era muito aquela coisa de ‘sou beneficiado, sou assistido, vim aqui pegar meu benefício.’ E essa é uma questão que até hoje a gente trabalha no projeto, como envolvê-los pra que eles mesmos se sintam sujeitos do projeto(...). (EI/3)

A divulgação acontecia através de panfletagem e a repercussão junto à comunidade universitária se apresentou de várias e inusitadas formas.

Em se tratando da recepção do corpo discente, de uma maneira geral alguns relatos apontam para um desconhecimento de muitos sobre a existência de colegas com diferente realidade sócio-econômica. De outro lado, houve os que demonstraram-se explicitamente reticentes em aderir à causa, inclusive em concordar com as razões em torno das quais ela se baseava. Associou-se a essa dificuldade ao fato de os bolsistas não se sentirem verdadeiramente incluídos. Ao se organizarem em guetos num movimento de defesa, num contexto onde várias “tribos” formavam-se, a deles seria apenas mais uma dentre muitas. Estes relatos seriam curiosos, tendo em vista os apontamentos precedentes, com base em Sena(2004), sobre uma possível experiência bem sucedida na Universidade num movimento para angariar fundos no amparo de jovens acometidos pelo incidente do edifício Palace II, no Rio de Janeiro. Talvez a identificação dos alunos tivesse sido maior com estes

---

<sup>10</sup> Esta questão será mais detidamente trazida adiante, quando trouxemos um panorama do projeto no contexto atual.

do que com aqueles cujas realidades sócio-econômicas seriam tão díspares de suas próprias. Mas isso configuraria apenas uma hipótese.

Algumas reações de alunos não-bolsistas causaram certo espanto. Nos momentos de distribuição dos panfletos ou quando eram procurados pelos bolsistas de Ação Social, funcionários afirmam ter ouvido frases singulares. É o que destaco a seguir:

E aí a gente teve atitudes muito contraditórias. Eu mesma, várias e várias vezes panfletando, distribuindo folhetinhos do FESP, folder, enfim, ouvia de alunos que se espantavam quando tomavam conhecimento dessa realidade, ou diziam: ‘Se ele é assim, o que ele está fazendo aqui? O lugar dele não é aqui.’ A gente ouvia... ouvi isso... Um pouco aquele medo de, ‘vai mudar o perfil de aluno da PUC’! A PUC está abrindo as portas pra uma população que pra gente amedronta, é ameaça! Ou: ‘A Baixada está invadindo a PUC’! Então... essas expressões eram muito preconceituosas mesmo. (EI/3)

De volta às estratégias de ação, diante da dificuldade extrema em envolver os alunos ‘pagantes’, optou-se por implicar, dentro deste grupo, aqueles alunos que já eram freqüentadores da Pastoral. Seria por intermédio destes que se iniciaria o processo de inclusão dos jovens do projeto junto ao corpo discente mais amplo. Acreditava-se ter sido essa “uma excelente saída”. Partiu de uma jovem deste grupo a proposta de angariar fundos e estabelecer parcerias dentro da própria PUC. É a partir desta idéia que o projeto ganha proporções mais abrangentes e passa a contar com colaborações as mais variadas dentro da Universidade. O bandeirão e o Bar das Freiras são algumas das principais. Veja como elas ocorreram, de acordo com um entrevistado:

E aí saímos... no Bar das freiras... no bandeirão... Como a gente poderia conseguir um desconto? Como a gente poderia conseguir um lanche? Eu lembro muito de uma época do bar das freiras que tinha o ‘Lanche Fabinho’, que era um todinho e um pão na chapa. E aí elas davam pra gente uns tickets com uma quantidade de lanches por mês que a gente poderia dar pra galera da noite. Não tinha bandeirão á noite. E aí esses alunos chegavam e faziam pelo menos esse lanche. A gente distribuía pra eles esse ticket, do ‘Lanche Fabinho’ e era a alimentação que eles tinham á noite na PUC. (EI/3)

A busca por parceiros chega também aos Departamentos. A pretensão era a de que estes segmentos institucionais se propusessem a amparar seus próprios alunos, da maneira como fosse possível. Esse apoio se daria através da verba que cada um destes segmentos recebia da Universidade ou de outras formas. Algumas parcerias de fato se estabeleceram. A primeira delas foi a do Ciclo Básico de engenharia. Ela se dá através de concessões de um número de “xérox” gratuitas para alunos.

Contudo, é nesse momento que a equipe da Pastoral movimenta-se no sentido de mobilizar o aluno para que ele próprio buscasse seus direitos dentro da Universidade. Muitos, por desinformação ou desconhecimento, acabavam não usufruindo de seus direitos, como é o caso de uma cota das referidas cópias mensal que o próprio laboratório de informática – RDC – cedia e cede ao corpo discente, de um modo geral. Neste caso, a falta do conhecimento de informática também consistia em impeditivo no acesso ao benefício.

A necessidade de um curso de informática para os jovens do projeto, nas suas noções mais elementares, também passou a fazer parte do rol de estratégias de ação para o programa, proposta esta que atinge maiores proporções quando a Pastoral estabelece parceria com a KHOUSE<sup>11</sup> na própria PUC, sob formato de um projeto de Inclusão Digital. Seria uma espécie de: “Inclusão Social via Informática”, como coloca um entrevistado. O projeto existe dentro da própria Universidade e a parceria com o programa ‘Bolsa de Ação Social’, através da Pastoral, estende-se aos dias atuais. A proposta, viabilizada pela solidariedade de uma profissional da área, acontecia de um lado, com a Pastoral disponibilizando estagiários para auxiliar o trabalho do profissional e de outro, o profissional/voluntário cedendo o material necessário e oferecendo cursos semestrais gratuitamente.

O auxílio-moradia vem mais tarde. Embora ainda mais tímido do que os auxílios-transporte e alimentação, esta vertente do Projeto, mais recente e bem restrita, surge como amparo aos jovens que estivessem em situação de vulnerabilidade ou risco social. O fundo seria mantido por doações de funcionários, professores e alunos e teria nascido de uma parceria entre a Pastoral da PUC-Rio e o Instituto Social, um pensionato feminino localizado no Humaitá, Zona Sul da cidade, com distância relativamente próxima à Universidade.

Ao que levam a crer algumas falas em relação ao objetivo do auxílio-moradia, não se tratava de beneficiar os que residiriam muito distantes da Universidade, ainda que, em alguns casos extremamente específicos, opte-se por custear um local de moradia próximo à

---

<sup>11</sup> “O Projeto KHouse é um dos projetos sociais da PUC-Rio coordenado pela Professora Marisa Lucena. É um projeto de inclusão digital que consiste num trabalho sócio-educacional cujo objetivo é democratizar o acesso a computadores e à Internet para grupos da comunidade que não tenham essa tecnologia em suas casas ou escolas. Também atende à população infante-juvenil e adulta. O processo de ensino e aprendizagem ocorre através do contínuo desenvolvimento e acompanhamento de projetos pedagógicos específicos e práticos, tentando inserir essa parcela da população no novo mundo da Tecnologia da Informação.” (texto retirado do site da PUC-Rio, em novembro de 2006.)

PUC em razão dos gastos com transportes superarem os com moradia. Eis algumas das demandas mencionadas por entrevistado, que motivaram a criação desta vertente do Projeto:

Quando o aluno mora tão longe, tão longe que é mais barato pagar moradia. Porque, por exemplo, isso teve um caso.. dois casos. Um que morava em Rio Bonito (...)a setenta (70) km de Niterói. Então pagar o transporte dele era mais caro. Aí a gente propôs: “Você não quer morar aqui perto não? Sai mais barato.” E ele achou ótimo, óbvio. Quantas horas que ele não ficava na Van? E outro era em Petrópolis, que ia e vinha todos os dias. No início... gente que morava escondido no alojamento do Fundão e tinha que chegar depois das onze da noite que o fiscal já foi embora e sair antes das seis. Como tiveram pessoas que moravam numa casa, até numa ONG também e tal, mas que já estavam sem água, sem luz, sem gás(...). (EI/2)

Outras situações periclitantes também foram molas propulsoras para a criação do auxílio-moradia. Casos como os de jovens que, porventura, estivessem sofrendo risco de violência intrafamiliar, os residentes em comunidades acometidas pelo tráfico de drogas e, por isso, expostos a perigos no trajeto e no retorno à comunidade em razão de seus cursos serem prioritariamente noturnos, além dos casos do ambiente familiar não ser propício para a dedicação ao estudo, devido a um grande contingente de moradores residentes no mesmo espaço habitacional ou outras situações.

Em função do crescimento da demanda pelo auxílio do FESP e da possibilidade de mais verbas para o projeto, instalou-se o dilema: ajudar a todos que procurassem auxílio, mesmo que pertencentes a uma classe média ‘achatada’ ou, manter-se atrelado às demandas de um perfil de estudante, o de baixa renda e, dentro desta delimitação, auxiliar estes últimos nas várias frentes que se fizessem necessárias? Os depoimentos apontam para a segunda opção. É o confirma o depoimento: “Também não queremos resolver os problemas familiares. Temos que ser bem objetivos nesse sentido, porque senão a gente se perde. O que academicamente a gente pode fazer ainda pra que ele tenha as mesmas condições de estudo de quem tem condições financeiras?”

O Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e Núcleo de Orientação e Atendimento Psicopedagógico (NOAP), também estiveram na lista de colaboradores.

O primeiro, através do encaminhamento dos jovens que, porventura, viessem a apresentar uma demanda por atendimento psicológico. Algumas falas dos entrevistados apontam na direção de uma demanda pelo olhar psicológico sobre a experiência subjetiva

destes jovens como universitários. A importância da contribuição da psicologia para a compreensão da experiência destes alunos no seu amparo e auxílio é bastante ressaltada. São mencionadas questões como o impacto que a mudança de vida desses jovens, com a vinda para a Universidade, possivelmente causaria nas relações intrafamiliares, principalmente no caso de jovens que se mudam para as proximidades da PUC e passam a conviver com suas famílias somente nos finais de semana; o modo como esses jovens encontrariam forças para lidar com o sofrimento psíquico pelo qual passam; e como esse aluno se fortaleceu emocionalmente, como ele supera os obstáculos e que força emocional seria essa. O mesmo entrevistado vislumbra na psicologia um campo fértil no sentido de ferramentas para lidar com estas e outras questões, o que outras áreas não dispõem.

Contudo, a parceria entre o SPA – espaço onde os graduandos do curso de psicologia da PUC fariam atendimentos comunitários como experiência de estágio obrigatório e supervisionado –, ao Projeto de Ação Social, via FESP, não pode ser considerada exatamente uma experiência bem sucedida. A exposição pelo qual passavam alguns alunos do projeto, por serem atendidos por outros alunos da Universidade, não somente pela convivência num mesmo espaço social, mas por, eventualmente, estarem inscritos nas mesmas disciplinas (a lógica organizacional dos cursos na PUC se estrutura com base no sistema de créditos) é a mais importante razão. Diante disso, a parceria com uma psicóloga recém-formada na Universidade (via um projeto social que acontecia desvinculado à instituição) mostrou-se uma estratégia promissora. Trata-se de uma experiência que, perante a grande demanda, pretende tornar-se permanente no projeto.

Já a atuação do NOAP afirmou-se através de um trabalho de apoio psicopedagógico aos jovens com dificuldades de cunho acadêmico. Este último, assim como no caso da Informática, estende-se aos atuais graduandos do Projeto. De acordo com o entrevistado, palestras de profissionais teriam mencionado certos casos em que as dificuldades acadêmicas não estariam relacionadas propriamente a problemas de aprendizagem, mas ao que chamou de “bloqueios” de cunho psicológico.

Entretanto, a proposta de inclusão da Pastoral acaba surtindo efeitos inesperados. Os jovens do Projeto começam a ser automaticamente associados à Pastoral e ao FESP, diferenciando-se dos demais alunos. A criação do rótulo “alunos do FESP”, ou “da Pastoral” passa a ser preocupação da equipe. Uma jovem, estudante de engenharia, é a

responsável pelo cadastramento dos jovens e do deslanche que o projeto toma neste momento. É ela ainda quem vai dar início a um trabalho de resgate da auto-estima e de afirmação deste jovem como estudante da PUC, tal como os demais, através de reuniões com os bolsistas. Vale tomar conhecimento do trecho em que é tratado este tema:

Então ela começou a organizar algumas reuniões com os beneficiados do projeto pra trabalhar exatamente isso, o resgate da auto-estima e de dizer: ‘Olha, você é aluno da PUC. Você não é aluno do FESP.’ Porque eles estavam começando a criar um rótulo mesmo! No próprio centro de Pastoral a gente começou todo um trabalho de resgate até pela linguagem de como se referir ao aluno. Esse aluno não é aluno do FESP, é aluno da PUC, como todos os outros. E parece pequeno isso, mas fez uma diferença muito grande, porque favoreceu a eles se darem conta realmente dessa inclusão. Primeiro alguns achavam que estavam incluídos porque estavam dentro e eles não se davam conta de que era uma inclusão extremamente precária mesmo. (EI/3)

Algumas propostas chegam à Pastoral, como é o caso da possibilidade de criação de uma sala de computadores exclusiva para os atendidos pelo programa. Entretanto, passam a ser repensadas e postam em cheque diante da preocupação de, ao invés de aproximar, acirrar ainda mais o abismo entre os jovens dentro da Universidade.

A gente tem tomado cuidado. Eles são alunos da PUC! Ao mesmo tempo em que a gente tem que aproximar, diminuir esse abismo social, tem que tomar cuidado pra que o abismo não puxe, que ele não tenha tudo na mão e que passe a ser o opressor e não mais o oprimido. (EI/2)

### 3.5.

#### Um Balanço do Contexto Atual

De acordo com dados fornecidos pela instituição, no mês de novembro de 2005, o Projeto concedia bolsas para 4510 alunos. Dentro deste número, 689 seriam bolsistas do Projeto de Ação Social. Estes jovens bolsistas estariam divididos em praticamente todos os cursos da Universidade, nos seguintes números por Departamentos: CCS – 346 bolsistas; CTCH – 240 bolsistas; CTC – 103 bolsistas.<sup>12</sup> Percebe-se, então, que os jovens encontram-se praticamente em todos os cursos da Universidade e não somente restritos aos cursos de

<sup>12</sup> Os cursos que teriam bolsistas, de acordo com o documento de 2005 – Administração(64), Ciclo Básico/CTC(13), Ciclo Básico/Química(27), Ciências Econômicas(01), Ciências Sociais(24), Comunicação Social(36), Desenho Industrial(18), Direito(33), Engenharia(17), Filosofia(12), Geografia(41), História(45), Informática(50), Letras(91), Matemática(01), Pedagogia(55), Psicologia(61), Química(01), Relações Internacionais(02), Serviço Social(97). Total de 689. Provavelmente houve certa alteração deste número.

Pedagogia e Serviço Social – muito embora o de Serviço Social seja basicamente constituído por bolsistas de Ação Social (número superior a 90%).

Cumprе ressaltar que a Pastoral sofreu grande transformação com a responsabilidade de administrar o FESP. Hoje, ela conta com uma equipe de assistentes sociais exclusivamente para subsidiar o Projeto. Segundo Sena(2004), o FESP passa a contar com o financiamento da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEAS – antiga Sociedade Brasileira de Educação – SBE – e de algumas empresas, como é o caso da Souza Cruz(p.39). Desse modo, os jovens não mais recebem “benefício” somente para transporte ou alimentação, tal como ocorria no início do projeto. Atualmente, após ser avaliado pela equipe, na análise de documentação e entrevista, caso aprovado, o jovem passa a contar com uma refeição diária no ‘bandejão’, ou no almoço ou no jantar, e recebe um cartão que possibilita seu transporte gratuito durante o período e horário escolares. (este benefício continua sendo distribuído em concordância com a necessidade de cada jovem). Vale salientar que os jovens aprovados somente passam a fazer parte do Projeto após um semestre de seu ingresso na Universidade, em decorrência do período de avaliações e entrevistas.

A Pastoral realiza ainda reuniões periódicas com os recém-chegados na Universidade, em que lhes é apresentado um panorama das atividades deste segmento mais amplamente, seus propósitos e fornecem-se as coordenadas para aqueles que se interessam em receber o auxílio do FESP. Uma vez inseridos no rol de atendidos, é de compromisso dos jovens comparecerem na Pastoral para assinar o recebimento, sempre nos primeiros dias do mês, impreterivelmente. A ausência incorre em sanções que podem acarretar, inclusive, a perda do auxílio. A equipe da Pastoral, agora ampliada diante do aumento considerável de jovens “beneficiados”, divide-se em horários de plantões de atendimento e os jovens são também subdivididos em grupos por ordem alfabética, caso queiram buscar ajuda ou ser atendidos por algum destes profissionais.

O auxílio-moradia que, antes, atendia em torno do número de quinze (15), passa a amparar, aproximadamente, cinquenta e quatro (54) jovens.

Os jovens têm cotas de cópias mensais no RDC – Laboratório de Informática da Universidade. Como foi anteriormente mencionado, a parceria com a Khouse (projeto de inclusão digital) e com o NOAP continuam. Alguns tratamentos odontológicos foram

financiados pelo Projeto, nas situações mais extremas ocorridas. Um dos casos que desencadeou o primeiro tratamento odontológico pago pelo projeto teria ocorrido, segundo entrevistado, desta forma:

(...)No dia de entrega de benefício, a pessoa, todo mês vem assinar a planilha que está recebendo aquilo tudo e, uma menina estava muito abatida. Estávamos na sala nesse dia distribuindo e:

- O que foi? O que está acontecendo? E ela falou:

- Ah, eu estou há um mês comendo líquido. Tô há dois meses com um canal desse lado da boca. Aí eu comecei a mastigar do outro lado, aí deu do outro lado. E eu não consigo comer mais. (EI/2)

Segundo é relatado, as demandas por tratamentos odontológicos que aparecem no Projeto constituem, na maior parte das vezes, casos urgentes e extremamente complicados, logo, demasiadamente caros. Isto porque muitos deles têm pouco acesso a tratamento odontológico freqüente. Desse modo, os financiamentos deste tipo de tratamento por parte do projeto ainda são bastante restritos.

Observe-se ainda que o crescimento do número de jovens, atendidos pelo Projeto, promoveu alguns outros impactos que têm sido motivos de preocupação por parte da equipe. Com o crescimento do projeto e levando em conta a rede social e de comunicação existente entre os integrantes dos pré-vestibulares comunitários e, mais ainda, tendo conhecimento de que a grande maioria dos jovens que ingressam na Universidade oriundos destes cursos mantém-se a eles vinculados lecionando voluntariamente, mesmo que nos primeiros anos da Universidade, a possibilidade de obtenção do auxílio tornou-se – e é ainda hoje – muitas vezes determinante na escolha pela PUC em detrimento das demais Universidades, especialmente as públicas, tão almejadas por muitos até então. Em meio a este contexto, atuantes do Programa de Ação Social, como um todo, têm se deparado com um quadro de “inchaço” de jovens e, em contrapartida, uma impossibilidade da Universidade de absorver todo esse contingente nos projetos, tanto das bolsas quanto dos auxílios. Alguns depoimentos revelaram que os próprios integrantes dos cursos pré-comunitários estariam orientando seus estudantes a optar pela PUC, sabendo da existência do Projeto de Ação Social. A infra-estrutura da Universidade e a não ocorrência de greves freqüentes por parte de seus funcionários, aliadas à possibilidade de bolsas integrais e de auxílio-alimentação, transporte e outros eventualmente citados, constituíram um conjunto de fatores tentador na escolha por esta Universidade.

Tornava-se impossível atender tantos jovens. A PUC, nas instâncias envolvidas, passou a fazer um trabalho de conscientização em conjunto com estes movimentos populares, no sentido de desmistificar o ingresso automático de seus estudantes nos projetos da PUC – de bolsas e do FESP –, estimulando os jovens e orientando-os a buscar os vestibulares de outras Universidades.

Nesta linha de interseção entre a atuação dos pré-comunitários e a da Universidade junto a estes jovens, de outra maneira, a equipe da Pastoral tem percebido mudanças nas formas dos jovens se relacionarem com este segmento institucional e na maneira de compreender o que a equipe da Pastoral procura chamar de “benefício”. Segundo alegam, no início do projeto, os primeiros jovens participaram do movimento em busca de fundos para o FESP e, por isso, estiveram diretamente implicados com o processo. Viam o auxílio como um “benefício” que estava sendo proporcionado por solidariedade de pessoas sensibilizadas com a causa. Esta é também a maneira que a Pastoral o entende e, portanto, tenta passar para os jovens que têm entrado no decorrer deste percurso. É o que podemos contatar no depoimento:

Nós passamos a fazer essa reunião com os candidatos, exatamente porque a gente sentiu essa consciência, de achar que o benefício era um direito. E aí a gente começou já, há cinco anos, a reunir os que chegavam ao projeto, os que eram incluídos a cada semestre, e explicar pra eles os critérios e o que é o projeto. (EI/4)

Após ter participado de uma destas reuniões para alunos recém-chegados na PUC em busca do FESP, pude constatar alguns jovens com colocações e posicionamentos de certa forma incisivos, quiçá reivindicatórios, no sentido de cobrança de um direito adquirido. Uma jovem questionava o modo como acontecia a seleção para os futuros “beneficiados”, dando a entender que os critérios seriam subjetivos e sugerindo que, ainda que exigissem documentação comprobatória, incorriam no risco de fraude, tendo em vista a ausência de visita domiciliar como estratégia capaz de assegurar a confirmação dos dados contidos na documentação apresentada.

Assim, já se toma conhecimento do dilema que assolava a equipe em torno das conotações em que se encaminhava o Projeto, quais sejam: “FESP: sinônimo de benefício” ou “FESP: sinônimo de direito”. A partir daí solicitei a ajuda de um entrevistado, que, com seu ponto de vista procurou aclarar a questão. Assim, explicou como a equipe administrava e entendia o processo de mudança pelo qual teria atravessado o Projeto nas suas relações

com os jovens. Este entrevistado vincula algumas destas posturas por parte dos jovens a uma “militância” (termo nosso) estimulada pelos pré-vestibulares comunitários e pelos pressupostos que fundamentam suas ações, numa perspectiva de luta por igualdade de condições e de afirmação da cidadania e de direitos das camadas populares, logo, por seus próprios direitos. Embora considere compreensíveis estes posicionamentos e ainda concorde com suas razões, o entrevistado não vê como é possível o projeto dar conta de uma problemática muito mais ampla. A fala em destaque, bastante interessante, exprime seu ponto de vista:

Por mais que a gente coloque: ‘é um benefício, não é um direito!’, ainda têm muitos... identifiquei isso muito nos que vêm dos pré-vestibulares comunitários. Acho legal eles, até certo ponto, colocarem um pouco isso, porque eles têm na preparação deles, no programa, pelo menos de alguns que eu conheço, uma matéria que eles chamam cidadania, que é um pouco pra sacudir mesmo, pra dizer: ‘Olha! Vai à luta, o Estado também é seu, ainda é uma elite que está na Universidade na nossa realidade brasileira, você tem direito a este espaço!’ Então, eu sinto que eles chegam, alguns muito armados com isso aí, com esse discurso. E aí chegam pra gente dizendo: ‘Olha, já que eu estou aqui, eu tenho direito!’ E aí, há uma dívida social que eles cobram, e cobram na gente que representa a sociedade pra eles, que no momento está aqui, resgatando essa dívida com eles. Por outro lado, aí o que a gente faz? A gente trabalha com eles isso: ‘Olha, o projeto, o que vocês vão receber é um benefício, é uma ajuda. Não é um direito. Alguém tá financiando. É fruto de solidariedade de algumas pessoas... 30% dos recursos ainda são muito instáveis, porque depende da contribuição das pessoas, da solidariedade das pessoas, então a gente tenta botar o mais transparente possível pra eles isso: ‘Olha, os recursos que a gente tem são esses aqui, então a gente recebe pra redistribuir pra vocês. Não é um direito, ainda não.’ (EI/3)

Os princípios norteadores das ações da Pastoral – é fundamental que compreendamos suas atividades inseridas dentro destas perspectivas –, reais motivadores dessas ações, teriam por base ideais evangélicos e/ou cristãos, calcados no que um dos entrevistados explica como a tríade – integração, formação e, espiritualidade.

Esse viés é o que garante que o Projeto mantenha a perspectiva da ajuda e leva seus membros a entenderem e justificarem o fato do FESP estar situado na Pastoral. O próprio modo como a equipe estabelece os critérios, tem por base tais fundamentos, como, por exemplo, não padronizar uma cota fixa de auxílio para todos, desconsiderando a especificidade de cada caso, como fica claro na fala: “O transporte e alimentação, a partir do momento em que estiver no perfil, todos são ajudados de acordo com suas necessidades, ou seja, segundo a grade de horários deles e da necessidade de cada um. Isso é bem evangélico mesmo. Ajudar cada um segundo a sua necessidade”.

Prosseguindo na análise do cenário atual do Projeto, questões como “preconceito” e “inclusão efetiva dos jovens na Universidade” foram assuntos unânimes nas entrevistas com os atores institucionais. Naturalmente, trata-se de uma das grandes preocupações em relação à experiência dos jovens na PUC. Contudo, foi também unânime a constatação de uma mudança – do funcionamento estrutural da Universidade e de uma comparação entre os tempos iniciais – em que os jovens em número extremamente reduzido sentiam-se excluídos não só pelas disparidades das realidades sócio-econômicas mas por posturas da comunidade universitária – e os graduandos de hoje, pois ainda que não plenamente incluídos e incorporados como parte da Universidade, começam a ser notados e a circularem de modo mais “natural” na Universidade.

Contudo, depoimentos e relatos de situações ainda fazem menção a uma comunidade universitária que visualiza enxerga o aluno/bolsista. É o que aponta as palavras a seguir:

Não houve preconceito? Não vou fingir que não. Mas isso hoje está muito melhor, está muito trabalhado, só que tem ainda uma grande parcela que nem tomou consciência, não digo nem que é de maldade. Alguns, pode até ser, não vou fingir que não, mas alguns nem tomaram consciência que os alunos chegaram e que tem gente aqui que não tem condições. (EI/2)

Todavia, há quem acredite que o preconceito hoje ocorra somente em casos isolados. Nesta direção, há ainda os conseguem perceber um cenário bastante diferente e um preparo maior do bolsista de hoje no enfrentamento de possíveis discriminações.

Pode-se perceber, portanto, através dos vários depoimentos colhidos, que a experiência dos jovens bolsistas de Ação Social ocorre atravessada por uma rede de forças composta por segmentos da instituição e de instâncias parceiras, incluindo ainda o corpo docente, discente e, dentro deste último, os jovens/bolsistas. Esta rede, ora move-se em sentido de complementaridade, ora põe-se em postos de tensão, não se entendendo “tensão” no sentido de contrariedade ou embate efetivo, mas de atravessamento de forças.

Neste sentido, compreender o modo como têm percebido a experiência dos jovens e do projeto na PUC é de fundamental importância para situar o modo como os próprios jovens enfrentam, captam e vivenciam suas próprias trajetórias como estudantes desta instituição. Daí o motivo da escritura deste segundo capítulo e do modo como foi

produzido. Suas falas estão diretamente imbricadas pela rede de forças que as envolve estando, ainda, entremeadas por vetores de ação e de intervenção.